

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras do Banco Bandepe S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, fevereiro de 2012

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2011	2010		Nota	2011	2010
Ativo Circulante		693.565	1.519.281	Passivo Circulante		89.115	103.726
Disponibilidades	4&12.c	48	44	Outras Obrigações		89.115	103.726
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		635.408	1.460.379	Sociais e Estatutárias		-	86.598
Aplicações no Mercado Aberto	4&12.c	85.811	44.770	Fiscais e Previdenciárias	9	88.015	16.472
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.c	549.597	1.415.609	Diversas		1.100	656
Títulos e Valores Mobiliários	5	3.956	3.534				
Carteira Própria		3.876	3.462				
Vinculados à Prestação de Garantias		80	72				
Relações Interfinanceiras		13	4	Passivo Exigível a Longo Prazo		23.568	58.643
Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central		13	4	Outras Obrigações		23.568	58.643
Outros Créditos		54.140	55.320	Fiscais e Previdenciárias	9	23.568	58.566
Rendas a Receber		-	12.132	Diversas		-	77
Créditos Tributários	6	22.751	30.609				
Diversos	7	31.389	12.579				
Ativo Realizável a Longo Prazo		1.686.365	186.673				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		1.513.695	-				
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.c	1.513.695	-				
Títulos e Valores Mobiliários	5	75.362	109.975	Patrimônio Líquido	11	4.408.918	4.254.691
Carteira Própria		73.837	107.750	Capital Social:			
Vinculados à Prestação de Garantias		1.525	2.225	De Domiciliados no País		2.787.689	2.787.689
Outros Créditos		97.308	76.698	Reservas de Lucros		1.621.102	1.466.733
Créditos Tributários	6	3.568	3.521	Ajustes de Avaliação Patrimonial		127	269
Diversos	7	93.740	73.177				
Permanente		2.141.671	2.711.106				
Investimentos		2.141.671	2.711.106				
Participações em Coligadas e Controladas:							
No País	8	2.141.670	2.711.049				
Outros Investimentos		1	57				
Total do Ativo		4.521.601	4.417.060	Total do Passivo		4.521.601	4.417.060

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
				Reserva Legal	Reservas Estatutárias			
Saldos em 31 de Dezembro de 2009		2.768.135	19.554	69.455	1.157.434	466	-	4.015.044
Aumento de Capital	11.a	19.554	(19.554)	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	-	(197)	-	(197)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	341.724	341.724
Destinações:								
Reserva Legal		-	-	17.086	-	-	(17.086)	-
Juros sobre o Capital Próprio	11.b	-	-	-	-	-	(101.880)	(101.880)
Reserva para Equalização de Dividendos	11.c	-	-	-	111.379	-	(111.379)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	11.c	-	-	-	111.379	-	(111.379)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		2.787.689	-	86.541	1.380.192	269	-	4.254.691
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	-	(142)	-	(142)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	378.659	378.659
Destinações:								
Reserva Legal		-	-	18.933	-	-	(18.933)	-
Juros sobre o Capital Próprio	11.b	-	-	-	-	-	(224.290)	(224.290)
Reserva para Equalização de Dividendos	11.c	-	-	-	67.718	-	(67.718)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	11.c	-	-	-	67.718	-	(67.718)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		2.787.689	-	105.474	1.515.628	127	-	4.408.918
Saldos em 30 de Junho de 2011		2.787.689	-	96.308	1.445.746	204	-	4.329.947
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	-	(77)	-	(77)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	183.328	183.328
Destinações:								
Reserva Legal		-	-	9.166	-	-	(9.166)	-
Juros sobre o Capital Próprio	11.b	-	-	-	-	-	(104.280)	(104.280)
Reserva para Equalização de Dividendos	11.c	-	-	-	34.941	-	(34.941)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	11.c	-	-	-	34.941	-	(34.941)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		2.787.689	-	105.474	1.515.628	127	-	4.408.918

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco Bandepe S.A. (Bandepe), controlado pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), constituído na forma de sociedade anônima, opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações através das carteiras comercial, de câmbio, de investimento e de crédito e financiamento. A Instituição tem suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Bandepe, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui o Bandepe, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/vi.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade do Bandepe de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrentes de tal ajuste em contrapartida:

- (1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e
- (2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

e) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

e.1) Investimentos

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas, para participações em coligadas e controladas em que a investidora tenha influência significativa. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

f) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O Bandepe é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos. As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

g) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.

h) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 6.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovado pela Administração do Bandepe.

As alterações introduzidas pela Lei 11.638 e pela Lei 11.941 (artigos 37 e 38) que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os efeitos tributários da adoção das referidas normas estão registrados, para fins contábeis, nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades de R\$48 (2010 - R\$44) e aplicações no mercado aberto de R\$85.811 (2010 - R\$44.770).

5. Títulos e Valores Mobiliários

Está representado por títulos disponíveis para venda, composto por títulos públicos - Letras Financeiras do Tesouro - LFT, com valor de custo de R\$79.090 (2010 - R\$113.024), ajuste a mercado - patrimônio líquido de R\$228 (2010 - R\$485) e valor contábil de R\$79.318 (2010 - R\$113.509), R\$3.956 com vencimento de até 3 meses e R\$75.362 com vencimento de 1 a 3 anos.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

6. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2011
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	13.660	7.827	-	21.487
Outras Provisões Temporárias	2.163	148	-	2.311
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	15.823	7.975	-	23.798
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	18.307	-	(15.786)	2.521
Saldo dos Créditos Tributários Circulante	34.130	7.975	(15.786)	26.319
Longo Prazo	30.609	-	-	22.571
	3.521	-	-	3.568

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2011	2010
Receitas da Intermediação Financeira		122.244	228.158
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		122.244	228.158
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		122.244	228.158
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		109.401	195.421
Outras Despesas Administrativas		(589)	(816)
Despesas Tributárias		(8.200)	(15.162)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	8	(1.270)	77.068
Outras Receitas Operacionais	13	121.342	138.800
Outras Despesas Operacionais	14	(1.882)	(4.469)
Resultado Operacional		231.645	423.579
Resultado não Operacional		1.448	1.448
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		233.093	425.027
Imposto de Renda e Contribuição Social	15	(49.765)	(46.368)
Provisão para Imposto de Renda		(24.127)	(24.286)
Provisão para Contribuição Social		(14.169)	(14.271)
Ativo Fiscal Diferido		(11.469)	(7.811)
Lucro Líquido		183.328	378.659
Nº de Ações (Mil)	11.a	2.183.667.026	2.183.667.026
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		0,08	0,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2011	2010
Atividades Operacionais		183.328	378.659
Lucro Líquido		27.015	(45.417)
Ajustes ao Lucro Líquido		(49.765)	(46.368)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.a	11.469	7.811



Banco Bandepe S.A.

CNPJ nº 10.866.788/0001-77

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

⁽¹⁾ Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras operacionais e IR e CSLL.

⁽²⁾ Não contemplam os depósitos em garantia para as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

c) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

PIS e Cofins - R\$60.182 (2010 - R\$45.148): o Bandepe interpôs medida judicial com vistas a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal, eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$20.165 (2010 - R\$13.154): Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%.

d) O Bandepe não possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível significativos.

11. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2011 e 2010, é composto por 2.183.667.026 mil ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

Em 28 de dezembro de 2011, foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio relativos ao período de outubro a dezembro de 2011, no valor bruto de R\$36.200 (R\$0,01657762 em reais por lote de mil ações) correspondente a R\$30.770 (R\$0,01409098 em reais por lote de mil ações), líquido de impostos, que serão integralmente atribuídos aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2011.

Em 28 de setembro de 2011, foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio relativos ao período de julho a setembro de 2011, no valor bruto de R\$68.080 (R\$0,03117691 em reais por lote de mil ações) correspondente a R\$57.868 (R\$0,02650038 em reais por lote de mil ações), líquido de impostos, que serão integralmente atribuídos aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2011.

Em 28 de junho de 2011, foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio relativos ao período de abril a junho de 2011, no valor bruto de R\$78.500 (R\$0,03594870 em reais por lote de mil ações) correspondente a R\$66.725 (R\$0,03055640 em reais por lote de mil ações), líquido de impostos, que serão integralmente atribuídos aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2011.

Em 31 de março de 2011, foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio relativos ao período de janeiro a março de 2011, no valor bruto de R\$41.510 (R\$0,01900931 em reais por lote de mil ações) correspondente a R\$35.284 (R\$0,01615791 em reais por lote de mil ações), líquido de impostos, que serão integralmente atribuídos aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2011.

Em dezembro de 2010, foi provisionado juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$101.880 (R\$0,04665546 em reais por lote de mil ações) correspondente a R\$86.598 (R\$0,039657 em reais por lote de mil ações), líquido de impostos, atribuídos integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2010.

c) Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício foram destinados 50% para reserva para reforço do capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações do Bandepe e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

12. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Bandepe realizada em 29 de abril de 2011, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2011, foi fixado o valor máximo de R\$10. O Bandepe é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. O Bandepe não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da administração.

Em 2011 e 2010, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria e Planos de Aposentadoria Complementar.

b) Participação Acionária

O Bandepe é controlado pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 2.183.667.026 mil ações ordinárias equivalentes a 100,00% do capital social.

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

Os principais saldos e resultados de transações com o Banco Santander são:

	2011		2010	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades	48	-	44	-
Aplicações no Mercado Aberto	85.811	8.114	44.770	3.348
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.063.292	208.966	1.415.609	125.674
Dividendos e Bonificações a Receber (Nota 13) ⁽¹⁾	-	130.651	12.132	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	-	544	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	-	(86.598)	-

⁽¹⁾ Refere-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber da Santander Leasing. Em 2011 foram destacados dividendos no montante de R\$646.448 (2010 - R\$12.132).

DIRETORIA

Diretor Presidente

José de Menezes Berenguer Neto

Diretor Vice-Presidente

Carlos Alberto López Galán

Diretores Executivos

Amancio Acúrcio Gouveia
Angel Oscar Agallano

Fernando Byington Egydio Martins
José Roberto Machado Filho

Luis Felix Cardamone Neto
Luiz Felipe Taunay Ferreira

Marcos Adriano Ferreira Zoni
Marco Antônio Martins de Araújo Filho

Oscar Rodriguez Herrero

Contador

Fabio Ribeiro
CRC 1SP 174714/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do

Banco Bandepe S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Bandepe S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas

normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

13. Outras Receitas Operacionais

	2011	2010
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 10.b)	-	250
Outras	-	2.859
Juros sobre o Capital Próprio - Santander Leasing (Nota 12.c)	130.651	-
Atualização de Impostos a Compensar	416	7.188
Dividendos e Bonificações	11	108
Atualização de Depósitos Judiciais	7.722	2.819
Total	138.800	13.224

14. Outras Despesas Operacionais

Inclui, principalmente, provisões operacionais - fiscais (Nota 10.b) de R\$4.434 (2010 - R\$120) e despesas de atualização de impostos no valor de R\$10 (2010 - R\$368).

15. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2011	2010
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	425.027	356.361
Juros sobre o Capital Próprio	(224.290)	(101.880)
Resultado antes dos Impostos	200.737	254.481
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15% Respectivamente	(80.295)	(101.792)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	30.827	85.138
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	3.075	874
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL	-	1.131
Demais Ajustes	25	12
Imposto de Renda e Contribuição Social	(46.368)	(14.637)

16. Outras Informações

Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, o Bandepe aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. O resumo do relatório do comitê de auditoria foi divulgado e publicado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/rli.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizzera de Souza
Contador
CRC nº 1 RJ 076328/O-2 "S" SP

Deloitte.